
**ANÁLISE E PERCEPÇÕES SOBRE A APLICABILIDADE
DA LEI nº 11.645/2008 NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**ANALYSIS AND PERCEPTIONS ABOUT APPLICABILITY
LAW No. 11.645/2008 IN BASIC EDUCATION**

Deisiane da Silva Bezerra¹

Edson Silva²

Resumo

A obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e culturas indígenas na Educação Básica, de acordo com a Lei nº 11.645/2008, contribui para discussões sobre a temática indígena, incidindo sobre a percepção de mundo e valores dos educandos. O trabalho do professor, concerne não apenas em introduzir estes conteúdos às disciplinas, mas discuti-los numa perspectiva ampla, para uma análise reflexiva sobre o lugar do índio na História do Brasil. Deste modo, analisaremos as práticas de ensino e a receptividade dos discentes no estudo sobre os indígenas, a partir de análises teóricas e vivências no ambiente escolar, contextualizando as experiências dos povos indígenas alternando entre escalas macro e micro. Nesta perspectiva, torna-se necessário os conhecimentos sobre a construção identitária; os processos históricos; as disputas de memórias e construção de currículos, compreendidos como fundamentais na provocação para a abordagem da temática indígena em sala de aula. Para possibilitar essa discussão, nos baseamos em autores como Edson Silva, Maria da Penha Silva, Marcos Antônio da Silva, Selva Guimarães Fonseca e Jaime Pinsky. Utilizamos a pesquisa bibliográfica e análise qualitativa das relações ensino/aprendizagem na Educação Básica, da rede pública estadual situada no município de Palmeira dos Índios/AL.

Palavras-chave: Ensino. História indígena. Currículos.

Abstract

The mandatory inclusion of teaching about indigenous history and cultures in Basic Education, according to Law N° 11,645 / 2008, contributes to discussions on indigenous issues, focusing on perception of the world and values of the students. The work of the teacher on the ground refers to introducing these contents to the disciplines, but also to discussing them in a broader perspective, for a reflective analysis of the place of the Indian in the History of Brazil. In this way, we will analyze the teaching practices and receptivity of students in the study of indigenous pueblos, from theoretical analysis and experiences in the school environment, contextualizing the experiences of indigenous pueblos, alternating between macro and micro scales. In this perspective, it is necessary to know about the construction of identity; historical processes; the disputes over memory and the construction of curricula, understood as fundamental to bring about an approach to the indigenous theme in the classroom. To make this discussion possible, we rely on authors such as Edson Silva, Maria da Penha Silva, Marcos Antônio da Silva, Selva Guimarães Fonseca and Jaime Pinsky. Bibliographic research and qualitative analysis of teaching/learning relationships in Basic Education were used, in the state public network located in the city of Palmeira dos Índios / AL.

¹Doutoranda no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL. Professora da Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação-SEMED em Igaci/AL e Secretaria Estadual de Educação - SEDUC. E-mail: deisybezerra@hotmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5588-8607>.

²Professor Titular de História da UFPE. Doutor em História Social. Docente no Centro de Educação/Col. de Aplicação da UFPE; professor no PROFHISTORIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História na UFRPE. E-mail: edson.edsilva14@yahoo.com.br. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>.

Keywords: Teaching. Indigenous history. Renews itself.

Introdução

Considerando que os currículos na Educação Básica seguem os moldes do Ministério da Educação/MEC, de acordo com a Lei nº 9.394 de 1996 (LDB), pensados em uma perspectiva eurocêntrica e homogeneizadora, ao tratar da temática indígena, e organizados por uma seleção, que se constitui de escolhas por ordem de “importância” (SILVA, 1999). A obrigatoriedade da inclusão da história e culturas indígenas pela Lei nº 11.645/2008 propõe uma desconstrução de estereótipos arraigados no imaginário da sociedade não-indígena e a imersão nos universos nativos, ao apresentar processos históricos e socioculturais, antes omissos ou descontextualizados em material pedagógico. Nesse sentido, os debates que propomos serão norteados na perspectiva da interculturalidade crítica, refletindo a respeito das relações étnico-raciais e reconhecendo as sociodiversidades indígenas no Brasil (SILVA, 2010).

Nessa perspectiva, discutir a temática indígena no Brasil significa problematizar conceitos pejorativos, principalmente quando se trata de povos indígenas habitantes nas regiões mais antigas da colonização portuguesa, a exemplo do Nordeste. Pois as memórias do senso comum estão impregnadas de informações incompletas e/ou deturpadas acerca dos indígenas no Brasil, imagens cristalizadas e generalizantes sobre as expressões socioculturais dos povos indígenas vinculadas a um passado distante, mais especificamente ao momento inicial da colonização portuguesa no país, desconsiderando assim, o longo período de contatos e os processos violentos ou espontâneos das relações entre indígenas e não-indígenas.

A apropriação de contextos

Os povos indígenas afirmaram identidades étnicas reestruturando-se socioculturalmente, como protagonistas em contextos históricos permeados por processos de territorialização. O primeiro ocorreu entre o século XVII e XIX a partir das missões religiosas, com a expansão territorial e financeira da Coroa portuguesa; com o incentivo aos casamentos entre indígenas e colonos portugueses nos antigos aldeamentos. E posteriormente por meio da Lei de Terras de 1850, determinando a regularização das propriedades rurais,

provocando uma expansão das vilas e famílias de colonos portugueses instaladas em terras de antigos aldeamentos para se dedicarem as atividades agrícolas. E o segundo, no início do Século XX com a criação, em 1910, de um órgão indigenista oficial, o Serviço de Proteção aos Índios/SPI que atuou para a assimilação dos índios (OLIVEIRA, 1999; SILVA, 2008).

O citado órgão coordenava um movimento de “pacificação” de indígenas no período republicano no Brasil, processo dito humanitário, que deveria proteger os indígenas sem o exercício da violência, fundamental para manter os indígenas isolados em pequenas faixas de terra, favorecendo a apropriação dos territórios para interesses privados, contribuindo para o gerenciamento territorial pelo Estado. A ação do SPI provocou o aumento do valor da terra, assegurando uma expansão da economia mercantil, sem paralela elevação tecnológica e de produtividade, no entanto, assegurava também, o reconhecimento da condição diferenciada de grupos indígenas diante da sociedade nacional, possibilitando a assistência por meio da construção de Postos Indígenas (OLIVEIRA, 2016).

Para compreender as relações entre identidade e território, considerando os processos históricos vivenciados pelos indígenas no Nordeste, são fundamentais as reflexões acerca da etnicidade e de conceitos como, territorialização enquanto processo de reorganização social; visibilidade social e identidade étnica. Outro conceito importante é o do “índios misturados” (OLIVEIRA, 1998), sujeitos a contatos interétnicos, pois a partir dele é possível estudar os indígenas no Nordeste. Com a extinção oficial dos aldeamentos no Nordeste no final do século XIX e a destituição dos territórios, os indígenas deixaram de ser vistos enquanto coletividade e foram considerados “misturados”, ocorrendo a negação dos direitos e também a exclusão dos indígenas da historiografia oficial no período e posteriormente (OLIVEIRA, 1998).

Em muitos casos, quando a temática indígena é abordada em sala de aula, em contextos anteriores ou posteriores a Lei nº 11.645/2008, os indígenas são vistos de maneira homogênea e vinculados a um fenótipo. Nesse sentido, a ideia de “preservar os índios”, tem se limitado a pensar e expressar modelos engessados e simbólicos de representação, um interesse muito comum na sociedade contemporânea em manter “vivos” e “intocáveis” símbolos como referências ao que reconhecem enquanto identidade nacional. Assim, em fins do século XIX, quando foi construída a ideia de nação brasileira, na busca pela afirmação da identidade nacional era necessária uma representatividade simbólica expressada nas raças que constituíram o país (SILVA, 2016). Buscando na rememoração e ritualização desses símbolos

tradicionais, base para a reconciliação com o passado, o “índio” foi firmando como esse símbolo na categoria de patrimônio (BENJAMIN, 1987).

Construía-se no país uma nova paisagem sociocultural e política intensificada no início da segunda metade do século XX. Sendo mais evidente a partir de 1922, quando ocorreu a Semana da Arte Moderna em São Paulo, provocando mudanças na estética da Literatura e das Artes no país. Os intelectuais anunciavam o início de uma perspectiva valorizando aspectos como a liberdade de expressão e autonomia, no contexto de uma sociedade conservadora, enquanto outros tinham posturas mais sóbrias e nacionalistas. Portanto, existiam posições antagônicas em torno da chamada identidade brasileira, também expressa na figura do índio, do negro e do mulato. Enquanto isso, na ótica dos intelectuais do período, a exemplo de NINA RODRIGUES (1935) e ROMERO (1977), a permanência dos costumes ligados às origens diversas da sociedade brasileira, representava um atraso para a formação de uma identidade nacional para o povo brasileiro.

A apropriação de conceitos

Pesquisar as operações de ritualização sociocultural, contribui para compreensão das relações da modernidade com o tradicional, bem como, a maneira como legitimam quem construiu ou se apropriou delas. O patrimônio é apropriado enquanto força política quando é teatralizado, quando isto acontece em comemorações, monumentos e museus, tornando-se um objeto identitário construído a fim de representar a suposta essência nacional, e também é evidenciado através das comemorações em massa. E, a escola, neste contexto, servindo a essa teatralização, necessária para fazer do patrimônio um símbolo de identidade nacional. Porém, a ritualização em demasia, condiciona aspectos aceitos como constitutivos dessa identidade no Brasil, como os povos indígenas, às rotulações:

A excessiva ritualização – com um único paradigma, usado dogmaticamente – condiciona seus praticantes para que se comportem de maneira uniforme em contextos idênticos e incapacita para agir quando as perguntas são diferentes e os elementos da ação estão articulados de outra maneira. (CANCLINI, 2013, p.166).

Portanto, as aprendizagens formais e informais sobre as situações mutáveis têm o desempenho dificultado, quando deixam perder espaços no mundo contemporâneo em detrimento de imagens estáticas. O tradicionalismo, torna-se um recurso para suportar essas “desordens sociais”, a exemplo dos resultados das experiências de misturas, através dos

contatos interétnicos, que não se vinculam aos modelos cristalizados e pré-concebidos. Pois para se voltar ao passado, desconsideram produtos socioculturais do presente (CANCLINI, 2013; OLIVEIRA, 1998).

A comemoração do passado “legítimo” daquele que corresponde à “essência nacional”, à moral, à religião e a família passa a ser a atividade cultural preponderante. Participar da vida social é agir de acordo com um sistema de práticas ritualizadas que deixam de fora o “estrangeiro”. (???????, p.167).

O patrimônio se torna um depósito de tradições contidas em objetos. As visitas aos museus, importantes mais a somar na aprendizagem escolar, muitas vezes, se tornam palco, responsável por conter e proteger grupos hegemônicos em um sistema ritualizado de ação social. Onde se pode encontrar anacronismos e objetos organizados de modo a se desvincular do sentido social que são produzidos. Porém, contribuem também para a industrialização e democratização das expressões socioculturais. Ao considerar a retratação dos indígenas pelos museus, percebe-se que em geral não há um cuidado em separar objetos de acordo com a etnia que os produziu. Ao tempo, que desconsideram os processos históricos (CANCLINI, 2013).

As expressões socioculturais étnicas são exibidas com para demonstrar que são parte de um projeto de nação. No entanto, nesse processo, aspectos das novas condições de vida: situações de contato entre indígena e não-indígenas, disputas territoriais, posicionamentos e ações políticas, adaptação do seu artesanato a lógica dos mercados e os processos históricos dizimadores, são desconsiderados, (OLIVEIRA, 1998), apontando a preferência por mostrar em livros didáticos, paradidáticos e também em museus, um patrimônio cultural “puro” ao invés de problematizar essas situações.

As expressões socioculturais vem sendo afirmadas pelos indígenas enquanto instrumento de força política e quando é teatralizada em manifestações e comemorações, tornando-se marca identitária construída para representar o povo indígena, evidenciada por meio das ações em massa. Porém, do mesmo modo, a ritualização em demasia e desprovida de reflexões, pode condicionar os chamados povos tradicionais às rotulações ((CANCLINI, 2013).

No Nordeste, os povos indígenas vivenciaram transformações e/ou ocultaram as identidades para adaptar-se nas vivências em constante contato com um mundo alheio antes da colonização. Para pensa-los nas relações com a sociedade envolvente estabelecendo um viés considerando as relações socioculturais e econômicas, torna-se importante para a compreensão de um contexto histórico, a partir da perspectiva do historiador inglês Edward P.

Thompson acerca dos costumes, propondo um novo viés à história cultural. Em uma abordagem tecendo críticas aos estudiosos do folclore no século XVIII, que viam os costumes da plebe como resíduos do passado, provocando um distanciamento que implicou no julgamento desses costumes como inferiores remanescentes do passado. O que foi lamentado pelo historiador, por entender que o costume deveria ser estudado nas especificidades, como algo ocorrendo de forma particular, moldado pelas vivências, ambiente e mentalidades.

Mas o que se perdeu, ao considerar os costume (plurais) como discretas sobrevivências, foi o sentido intenso do costume no singular (embora com variadas formas de expressão) – o costume, não como posterior a algo, mas como *sui generis*: ambiência, *mentalité* um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa (THOMPSON, 1998, p.14).

A consciência da classe trabalhadora, como sinal de resistência aos abusos da produção capitalista, incitou Thompson a uma análise valorizando os costumes e comportamentos formadores de uma identidade social. Enfatizando as relações entre resistência social e as tradições (em constantes mudanças) das classes populares. Esses costumes tradicionais, defendidos ardentemente pelas camadas mais baixas, aliados as insurgências ocorridas no período, são para o historiador, características fundamentais no moldar da identidade social no que diz respeito à cultura.

Nessa perspectiva, compreendemos os povos indígenas como resultado não apenas do extenso contato com o colonizador, mas de um histórico de mobilizações e resistência, inclusive no aspecto sociocultural. Deste modo, precisaram esconder as expressões socioculturais, quando foi necessário para manter a existência física, emergindo nesses mesmos termos, quando precisaram afirmar-se enquanto indígenas, diante dos órgãos oficiais. Considerando fundamentais as manifestações dos indígenas recorrendo aos aspectos socioculturais como meios para mobilizações nas reivindicações por direitos.

Para analisar esses processos, muitas vezes às margens da historiografia oficial, é de suma importância recorrer às memórias orais indígenas. Para isso, se faz necessária a discussão sobre o trabalho do historiador através desse tipo de narrativa, muitas vezes desacreditado, ignorado, omitido pela história positivista fixada apenas em documentos oficiais e tornando ainda mais difícil formular um discurso de convencimento, por meio de métodos e procedimentos históricos, elaborados a partir da oralidade.

Esse trabalho converge, a atuação dos juízes na busca pelas provas, porém, diferente do mesmo, não consiste em um julgamento preocupado apenas com as situações provocando consequências individuais ao “réu”. Os fatos são buscados para explicações convincentes

sobre um dado acontecimento, não se limitando a apenas um indivíduo, nem estabelecendo sentenças.

Juízes e historiadores se associam pela preocupação com a definição dos fatos, no sentido mais amplo do termo, incluindo tudo o que se inscreve, de alguma forma, na realidade: até as opiniões que influem no mercados financeiros (para os juízes), até os mito e as lendas (para os historiadores) e assim por diante. Juízes e historiadores estão vinculados pela busca das provas. A essa dupla convergência corresponde uma divergência em dois pontos fundamentais. Os juízes dão sentenças, os historiadores não; os juízes se ocupam apenas de eventos que implicam responsabilidades individuais, os historiadores não conhecem essa limitação (GINZBURG, 2002, p.62).

O citado historiador italiano influenciado pela Antropologia, refletiu a partir da História Cultural, preocupando-se com as perspectivas acerca do coletivo, de maneira diferenciada, não restrita às particularidades de um grupo. Assim, abordou a Cultura Popular evidenciando os protagonismos em crenças, atitudes e comportamentos em um determinada situação e momento histórico.

O conceito circularidade cultural utilizado por Ginzburg, colocou em questão a ideia de uma cultura engessada ou de assimilação cultural unilateral, tão discutido nos séculos XIX e XX pelos antropólogos como por historiadores. E ainda na atualidade presente no imaginário da sociedade, principalmente, quando se trata dos indígenas no Nordeste. Esse conceito prevê o dinamismo entre as expressões socioculturais, quando evidencia as relações de troca, desarticulando ideais de uma hegemonia. Entendendo assim, a necessidade do historiador pesquisar alargando o arcabouço teórico objetivando a interpretação de códigos, sem desconsiderar os processos históricos.

Os conceitos de memória individual e memória coletiva discutidos por Maurice Halbwachs (2004), possibilita a compreensão das narrativas dos povos indígenas acerca da História, quando o autor afirmou ser toda lembrança construída em uma coletividade, partindo do pressuposto que a memória individual é intimamente relacionada com a memória coletiva, tornando-se dependente dela. Essa construção de lembranças individuais em um grupo ocorre por meio de uma rede de relações, persuasões, interações e conflitos instituídos no referido espaço, formando as memórias coletivas.

Dessa forma, “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2004, p. 75-76), Logo, a partir dessas memórias fundamentadas em vivências, esse espaço construído serve de referências, também, para reconstrução de um

passado por meio das percepções dos membros do grupo. Deste modo, a fim de registrar essas memórias para efetivo conhecimento dos processos que desencadearam as emergências étnicas, evidencia-se imagens, não importantes pelo ineditismo, mas pela análise diferenciada de situações, alcançadas por meio das narrativas orais, combinadas com a análise de correspondências pessoais e a documentação oficial.

Faz-se necessária uma indagação, mais especificadamente, sobre as relações entre os indígenas e o SPI, sendo os primeiros supostamente entregues a passividade e a disciplina. É preciso considerar as relações sociais influenciando os termos e o modo de operação. Pois, “O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 2013, p.38) assim exigindo discutir as maneiras de explicitar a combinação de operações compondo uma cultura e as lógicas movendo os fazeres acionados pelos cotidianos, reconhecendo os discursos táticos envolvidos nas relações.

A partir da introdução e análises das narrativas orais, bastante exploradas em outras áreas das Ciências Sociais, compreendidas na perspectiva de Verena Alberti (2004), são indiscutivelmente fatos. E dessa forma possível de perpetrar uma redefinição nas práticas e métodos da pesquisa, extrapolando as limitações do Positivismo, rompendo o silêncio de uma história oficial elitizada. Os arquivos orais proporcionaram uma aproximação com os antes excluídos pela História, os ditos dominados, percebidos pela História Oral, enquanto sujeitos da História.

Nesse contexto, percebe-se que a preocupação do professor de história não deve se limitar ao aprendizado dos alunos em sala de aula, mas com o que os envolve socialmente, incluindo problemáticas tão presentes quando se trata da temática indígenas, como generalizações, enganos históricos e visão pejorativa sobre os índios pela sociedade e sobre o papel exercido na atualidade.

Os processos históricos vivenciados pelos indígenas no Nordeste

Para fundamentar essa discussão, considerando a localização das escolas observadas, será necessário o olhar para a situação específica dos indígenas habitantes no Nordeste, destacando os processos históricos vivenciados. Visto que, mesmo em se tratando de indígenas muitas vezes presentes no cotidiano dos educandos, aqueles são constantemente

comparados depreciativamente com indígenas em outras regiões, ou mesmo, com os “índios do passado”.

Nas primeiras décadas do século XX, os povos indígenas no Nordeste, estimulados por condições sociopolíticas favoráveis, após um longo período de silenciamento oficial com a extinção dos aldeamentos em fins do Século XIX, agiram de maneira estratégica naquele momento histórico, buscando apoio em alianças com não-indígenas para instalação de Postos Indígenas (PI), considerando que a afirmação étnica estava vinculada com a possibilidade de lhes conferir sobrevivência física e afirmação étnica.

Neste contexto, pensamos os povos indígenas, não como imutáveis, com expressões socioculturais cristalizadas e imunes às mudanças ocorridas nos níveis sociopolíticos e econômicos, mas como participantes nesses processos. Silenciando quando necessário e organizando estratégias de existência física e enquanto povos indígenas, quando favorecidos por esses contextos. Contrariando assim, estudos firmados na ideia de desaparecimento étnico (LIMA, 1995).

Teremos por base os processos de reorganização política, econômica e sociocultural, transcorridos no Brasil, pensados para provocar a integração dos índios à chamada sociedade nacional e as formas utilizadas para tentar apagar as diferenças contrastivas por meio da submissão a sistemas de dominação como, instituições criadas pelo Estado nacional, a Igreja Católica Romana, entre outras (LIMA, 1995). Além, das estratégias do governo para gerir territórios através do poder tutelar sobre os indígenas; em contrapartida, as mobilizações indígenas para afirmação étnica e conquistar direitos políticos (OLIVEIRA, 1988).

O discurso da “aculturação”, apesar de ultrapassado pelos novos estudos antropológicos e históricos, ainda é predominante, provavelmente por servir bem ao propósito de justificar as invasões das terras indígenas, como também, para o Estado se livrar da “despesa” com a assistência aos indígenas. Pesando também por dessas populações em várias regiões do país, terem vivenciando um longo período de contato, e por isso, deixaram de falar as línguas nativas. Por essas razões, aqueles enfatizando o discurso da aculturação, desclassificam os indígenas, denominando essas populações apenas de “remanescentes” (OLIVEIRA, 1998).

Porém, surgiram novas abordagens acerca da identidade étnica e o território indígena, confirmando que as mobilizações pelo reconhecimento étnico perpassam indissociavelmente pela conquista da demarcação territorial. Expressando assim, os significados da terra para as

mobilizações pelo direito à posse da mesma e a reafirmação étnica. Então, esse “índio” deixando a posição de coadjuvante para protagonista da própria história, e a terra como um espaço, não somente de existência física, mas também, de resistência (OLIVEIRA, 1998).

A aplicabilidade e os desafios

O professor de História, ao provocar nos estudantes a busca pelos conhecimentos, aliando o analisar e o criticar, torna-se responsável, no ato do aprendizado, pelo que os alunos captam. Nesse sentido, entender e valorizar a diversidade, possibilita aos discentes problematizarem ideias, situações, narrativas antes aceitas de pronto e de maneira naturalizada e a questionar informações impostas como absolutas. Nesse sentido, o conhecimento histórico deve estimular mudanças, criticando ideias pré-concebidas e alheias com análises mais aprofundadas. Possibilitando conhecimento significativos imbuídos de criticidade, provocando assim novos aprendizados e caminhos, extrapolando a ideia de uma sala de aula onde apenas se transmite informações.

A partir dessa prática, o ensino de História possibilitará a apreensão de conceitos e o conhecimento dos processos históricos e sociais nas experiências dos povos indígenas, e não somente referentes ao período colonial, como ainda ocorre constantemente, mas, adequando os olhares às exigências das situações reais (PINSK; PINSK, 2010). E desta forma, produzindo uma compreensão crítica, garantindo o sentido formador das aulas.

O processo ensino/aprendizagem não ocorre apenas nos limites da sala de aula. É necessário entender que outras situações contribuem ou não com os aprendizados. Nestes termos, a inserção da história e culturas indígenas na Educação Básica como determinado pela legislação encontra mais barreiras que pontes. No estudo de situações vivenciadas em duas escolas da rede pública, cujos nomes foram preservados (por se tratar de uma problemática ainda vigente e vivenciada) percebeu-se a ausência de projetos e ações pedagógicas para promover a efetivação da inserção destes conteúdos em sala de aula. Um problema comum foi o difícil acesso ao material didático e paradidático específica de cada série e, mesmo buscando os subsídios em outros espaços, a exemplo da Internet, muitas vezes, há uma dificuldade em adequá-los aos currículos escolares.

A proposta da inserção desses conteúdos, encontra obstáculos ainda maiores, em se tratando da receptividade e empatia de professores e da apreensão para posterior socialização

desses conhecimentos, para serem discutidos numa abordagem interdisciplinar. Essa resistência ocorre também devido à ausência de investimento em formações docente nessa temática específica, limitando as possibilidades dos profissionais na Educação atenderem as necessidades do educando. Para socializar informações e provocar a ativação de um pensamento crítico, sugerindo discursões mais aprofundadas que as pontuais e corriqueiras sobre os indígenas, forjadas em imagens estereotipadas e simplistas.

Nesse sentido, compreendemos que o professor deve estar, na medida do possível, atento às novas leituras e concepções históricas, em meio as constantes limitações, geralmente vinculadas a tempo ou dinheiro, pois quando para de ler e de buscar novos conhecimentos são enormes as dificuldades. O papel do Estado, além da formulação e publicação de leis, deveria está centrado em tornar possível a efetivação, investindo em formações e elaborando material didático com o estudo crítico da temática indígena.

A gestão e coordenação da escola têm papel fundamental na efetivação da Lei nº 11.645/2008. Proporcionar formação específica os profissionais na Educação, possibilita o alargamento das possibilidades de compreensão das diferenças, abordando as especificidades e estimulando o entendimento sobre as trocas socioculturais provocadas pelos contatos entre as etnias. E desse modo, seguindo outra perspectiva que não o da história de dominação ideológica e sociocultural que a historiografia oficial faz referência, rompendo paradigmas e fugindo do reducionismo identificado nos livros didáticos, corrigindo assim os equívocos curriculares.

A desconstrução da história homogeneizadora sobre os indígenas e a reconstrução dos currículos, inserindo a história e culturas indígenas como determinado pela legislação, ocorre nas relações entre professores, alunos, conhecimentos, subsídios, fontes e suportes, valorizando as vozes dos diferentes sujeitos, os diálogos, os combates à desigualdades sociais, o exercício da cidadania, o reconhecimento das sociodiversidades e de direitos específicos. (SILVA ????????; FONSECA, 2010).

Considerações finais

Torna-se evidente a necessidade dos debates em relação a temática indígena na sala de aula permaneçam e conquistem cada vez mais espaço, promovendo assim o reconhecimento e respeito as sociodiversidades no Brasil, a partir dos povos indígenas Não limitando as discussões ao conhecimento superficial, mas promovendo o estreitamento das relações e

diálogos interculturais, estabelecendo como respeito, ampliação e democratização dos conhecimentos (SILVA, 2016).

Deste modo, os currículos na Educação Básica considerando os processos de resistências, trocas e também escolhas, vivenciado pelos povos indígenas. Provocando assim, mudanças efetivas na percepção dos educandos em relação a temática indígena. E a escola nesse contexto, o ensino pode contribuir com novos paradigmas, desconstruindo ideias cristalizadas, superando preconceitos e ampliando as possibilidades de reparação de dívidas com as histórias com os povos nativos colonizados.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. v. 1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp. 2013.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: morar e cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVA, M. A. DA; FONSECA, S. G. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, 2010, p. 13–33.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBACWS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, vol.4, nº.1, abr. 1998, p.47-77.

PINSK, Jaime; PINSK, Carla Bassanezi. O que e como ensinar: por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.17-37.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil [1932]**. 2. ed. Revisão e prefácio de Homero Pires. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (série V, Brasileira, vol. IX).

ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a poesia popular no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

BEZERRA, Deisiane da Silva Bezerra; SILVA, Edson. Análise e percepções sobre a aplicabilidade da Lei nº 11.645/2008 na Educação Básica. **Revista de estudos indígenas de Alagoas – Campiô**, Palmeira dos Índios, v. 1, n.1, p. 20-32. 2022.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Campinas, SP, UNICAMP, 2008. (Tese Doutorado em História Social).

SILVA, Edson. Os índios entre discursos e imagens: o lugar na História do Brasil. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha (Orgs.). **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. 2. ed. Recife: Edufpe, 2016, p.15-41.

SILVA, Maria da Penha da Silva. Educação intercultural: a presença indígena nas escolas da cidade e a Lei 11.645/2008. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha (Orgs.). **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. 2. ed. Recife: Edufpe, 2016, p.57-81.

SILVA, Thiago Stering Moreira. **Caminhos e descaminhos da historiografia da História da África (1840-1990)**. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2010;

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LIMA, Carlos Souza de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.150-202.